



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**

**ICPD- Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento**

**CESAPE- Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão**

**ANA CRISTINA DE MACÊDO RAMALHO**

**AS FORMAS SIMBÓLICAS E A CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA DO  
DISCURSO PARLAMENTAR**

**Brasília-DF**

**2006**

**ANA CRISTINA DE MACÊDO RAMALHO**

**AS FORMAS SIMBÓLICAS E A CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA DO  
DISCURSO PARLAMENTAR**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB- ICPD)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-Graduação Lato Sensu em Língua  
Portuguesa – Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Francisca  
Cordélia Oliveira da Silva

**Brasília-DF**

**2006**

*Meu partido*

*É um coração partido (...)*

*Ideologia*

*Eu quero uma para viver*

**Cazuza.**

**Dedico este trabalho a Deus, o Criador e  
Senhor.**

**“Louvai ao Senhor, invocai o seu nome,  
Fazei conhecidas as suas obras entre os  
povos.”. Salmo 105:01**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida maravilhosa que me concedeu.

Aos meus pais, pelos ensinamentos transmitidos e amor dedicado.

A meus irmãos e sobrinhos, pela alegria que me transmitiram.

À minha Tia Lourdes, socióloga de formação, pela contribuição acadêmica e pelo interesse em ajudar.

Aos colegas de curso, pelo convívio cordial e ajuda mútua.

À Genilda Soares e à Rosane Rezende, amigas de trabalho e de curso, pelo companheirismo, dedicação e sinceridade nas palavras.

Aos professores e orientadores, pelos ensinamentos e paciência.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para concretização deste sonho.

## RESUMO

O objetivo deste estudo monográfico é analisar a importância da concepção ideológica e das formas simbólicas contidas no Discurso Parlamentar. Os fundamentos teóricos deste estudo baseiam-se nas idéias sobre Ideologia de Althusser, (1985); Chauí, (1994); e Thompson (1985); a Teoria Social do Discurso de Fairclough, (2001); e os Estudos sobre Argumentação de Koch (2004). Constitui-se parte principal deste trabalho o discurso político do Deputado Chico Alencar: “Mudar de enxada para continuar o plantio”. Que justifica a sua saída do PT e a sua filiação ao PSOL, fazendo duras críticas tanto ao partido quanto ao governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Esta análise foi baseada nos aspectos ideológico, persuasivo e argumentativo encontrados no discurso político do Parlamentar. Para realização da análise, alguns fragmentos do discurso foram destacados como uma forma de ilustrar como esses modos de operação da ideologia estão presentes em um pronunciamento político. A ideologia se fez presente em alguns fragmentos com objetivo de sustentar a idéia de que a melhor forma de manter as propostas do PT vivas, ativas seria refundando-o ou saindo dele. A ideologia se fez presente também, para demonstrar que ainda existem pessoas interessadas e que acreditam que o PT possa voltar as suas origens e por isso, essas pessoas continuarão lutando em busca dos antigos valores do partido. A consciência crítica para identificação da ideologia nos discursos políticos é fundamental para determinar critérios de escolha, fazer julgamento da “realidade” que está sendo ilustrada. Quando se debate a ideologia, surgem controvérsias em relação a cada um dos elementos que a constituem um texto, como o tipo de julgamento proposto, os aspectos da realidade que são ou podem ser submetidos à reflexão e, conforme já foi mencionado, os critérios para se chegar a determinada conclusão.

**Palavras-chaves:** Ideologia, formas simbólicas, julgamento, discurso

## ABSTRACT

The objective of this monographic study is to analyze the importance of the ideological conception and of the symbolic forms contained in the Parliamentary Speech theoretical beddings of this study they are based on the ideas on Ideology of Althusser, (1985); Chauí, (1994); e Thompson (1985); the Social Theory of the Speech of Fairclough, (2001); e the Studies on Argument of Koch (2004). Main part of this work consists the speech politician of the Member of the house of representatives Chico Member of the house of representatives Alencar: "To move of hoe to continue the plantation". That he in such a way justifies its exit of the PT and its filiation to the PSOL, making hard critical to the party how much to the government of president Luis Inácio Lula Da Silva. This analysis was based on the aspects ideological, persuasivo and argumentativo found in the speech politician of the Parliamentarian. For accomplishment of the analysis, some fragmentos of the speech had been detached as a form to illustrate as these ways of operation of the ideology are gifts in an uprising politician. The ideology if made gift in some fragmentos with objective to support the idea of that the best form to keep the proposals of the alive, active PT would be refundando it or leaving it. The ideology if also made gift, to demonstrate that still interested people exist and that they believe that the PT can come back its origins and therefore, these people will continue fighting in search of the old values of the party. The critical conscience for identification of the ideology in the speeches politicians is basic to determine choice criteria, to make judgment of the "reality" that is being illustrated. When if it has debated the ideology, appear controversies in relation to each one of the elements that constitute it a text, as the type of considered judgment, the aspects of the reality that are or can be submitted to the reflection and, as already was mentioned, the criteria to arrive the definitive conclusion.

**Key-words:** *Ideology, forms symbolic, judgment, speech*

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
 <b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	
1 Discurso e Ideologia .....	13
1.1 Conceituando Discurso.....	13
1.2 Definindo Análise do Discurso.....	14
1.3 Discurso e Argumentação .....	16
1.4 Origem Filosófica da Ideologia .....	17
1.4.1 <i>Histórico do Termo Ideologia</i> .....	19
1.4.2 <i>A Concepção Marxista de Ideologia</i> .....	21
1.5 Conceituando Cultura .....	22
1.5.1 <i>A Midiação da Cultura</i> .....	24
1.5.2 <i>Ideologia e Cultura</i> .....	27
1.5.3 <i>Modos de Operação da Ideologia</i> .....	28
1.6 Os Aparelhos Ideológicos de Estado .....	32
1.7 Ideologia no Discurso da mídia: O poder das palavras e a palavra do Poder .....	36
 <b>2 REFERENCIAL METODOLÓGICO</b>	
2.1 Tipo de Pesquisa .....	42
2.2 O delineamento da pesquisa: geração de dados, redação e análise .....	43
2.3 Modos e meios de representação: tipos de dados .....	43
2.4 Técnica de Pesquisa .....	44
 <b>3 ANÁLISE DO DISCURSO</b>	
3.1 Análise da Conjuntura .....	46
3.2 Análise da ideologia no discurso .....	47
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	 <b>55</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 <b>58</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	 <b>59</b>



## INTRODUÇÃO

A análise da ideologia, de acordo com a concepção de Thompson (1985, p.75), está interessada, em primeiro lugar, nas maneiras pelas quais as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder. Ela se preocupa com os modos em que o sentido é mobilizado no mundo social e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Para Thompson (1985), estudar a ideologia é estudar as maneiras com que o sentido serve para estabelecer relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Thompson (1995) distingue cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para a análise do discurso proposta neste estudo, foram destacados dois modos: a unificação e a reificação.

O objetivo deste estudo monográfico é analisar a importância da concepção ideológica e das formas simbólicas contidas no Discurso Parlamentar do Deputado Chico Alencar: “Mudar de enxada para continuar o plantio”, que contribuem para estabelecer novas relações de poder.

O pensamento político de Chico Alencar foi forjado nos “anos de chumbo” inaugurado pelo regime militar na década de 1960 e que perdurou até 1985, já meio enfraquecido e quase morto (não enterrado) nas eleições diretas para os vários níveis do Legislativo, já que a década José Sarney obedeceu às normas do período decadente.

Com o enfraquecimento do regime militar, surgiram os mais diversos movimentos sociais em prol e em defesa da retomada dos direitos civis; estudantis; de jornalistas; operários; professores e de tantas outras categorias sociais, contra a carestia, por mais moradia etc. Foi um período de grande efervescência política, inclusive partidária e cultural, que, desde a segunda metade da década de 60, vinha sofrendo censura, perseguições, com muitos jovens sendo exilados.

Os que ficaram foram lutando a seu modo e em suas frentes de atuação. Entre esses, estava o Deputado Chico Alencar.

As suas atuações nas várias instâncias, desde o período estudantil, dando aulas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, estendem-se pelos diversos mandatos em sua cidade natal, o Rio de Janeiro (Chico Alencar é carioca da Tijuca), como Vereador; na Assembléia Legislativa do Estado, como Deputado Estadual; até seu atual mandato na Câmara Federal.

Outra atuação do Deputado Chico Alencar é a de educador: Professor de Prática de Ensino de História da Universidade Federal Fluminense. Os seus títulos o credenciam para a cátedra-Mestre em Educação, pela Fundação Getúlio Vargas, sendo autor de mais de vinte livros, entre os quais, *História da Sociedade Brasileira*, em parceria com Marcus Venício Ribeiro e Rícia Carpi; *Miltopéia com Betinho* (Herbert de Souza); *Direitos mais humanos*; *BR 500*; *Cântico das Criaturas: ecologia e juventude do mundo*; *Educar na Esperança em Tempos de Desencantos*.

Assim, o pensamento político de Chico Alencar e mesmo o seu posicionamento de figura pública ao longo dos anos, outorga-nos a interpretá-lo como intelectual de vanguarda, que tenta ajudar na constituição de uma sociedade

mais justa, em que o ser humano seja o sujeito de sua história, trabalhe na transformação da sociedade brasileira em prol da coletividade.

A escolha deste tema ocorreu, em primeiro lugar, pela curiosidade em conhecer as causas que levaram o Deputado Federal Chico Alencar a mudar de partido político, do PT para o PSOL, e também pelo interesse em estudar o discurso político do Deputado, sob o ponto de vista da ideologia.

O segundo motivo foi o seu discurso de despedida do partido, cheio de ideologia, o que veio confirmar a escolha. Duas de suas idéias são relevantes para esta decisão. A primeira está contida nesta citação: “Fazer da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro” (SABINO apud ALENCAR; GENTILLI, 2005). A segunda descreve: “Estes tempos paradoxais da gestão Lula nos levam ao avesso do avesso na cultura partidária que engendramos: para ser petista de verdade, é preciso sair do PT” (ALENCAR; GENTILLI, 2005).

Finalmente, além desses motivos que deram origem a este estudo, as palavras de Chico Alencar nos remetem ao pensamento de Pablo Neruda, por quem tenho particular admiração e apreço.

Pablo Neruda, em seu texto intitulado “A Bondade”, escreve: “Endureçamos a bondade, amigos. Ela é também bondosa, que faz saltar a roedura e os vermes; é também bondosa a chama nas selvas incendiando-se para que os arados bondosos fendam a terra”. Mais adiante, Neruda diz: “Os bons serão os que mais depressa se libertam dessa mentira pavorosa e saibam dizer sua bondade endurecida contra todos que a mereça” (NERUDA, 1983, p.10).

Este estudo está dividido em três capítulos, organizados da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta a Fundamentação Teórica com as principais

idéias de: Alencar e Gentili, (2005); Althusser, (1985); Chauí, (1994); Fairclough, (2001); Koch (2004); Leal (2005); Motta (2002); Neruda (1982); Thompson (1985); sobre o tema. O segundo capítulo traz o Referencial Metodológico, em que são abordadas as modalidades utilizadas para a análise do texto (Discurso Parlamentar do Deputado Chico Alencar). E finalmente, o terceiro capítulo apresenta a prática da análise do discurso em questão.

## 1 DISCURSO E IDEOLOGIA

### 1.1 Conceituando Discurso

De acordo com Fairclough (2001, p. 21):

Discurso é um conceito difícil, principalmente porque há tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares. Na lingüística, discurso é usado algumas vezes, com referência a amostras ampliadas de diálogo falado, em contraste com os “textos” escritos. Nesse sentido, “análise textual” e “análise de discurso” não partilham a limitação tradicional da análise lingüística a frases ou a unidades gramaticais menores; ao contrário, focalizam as propriedades organizacionais de nível superior do diálogo (por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamento convencionais) ou de textos escritos (por exemplo, a estrutura de uma reportagem de crime em um jornal).

Mais comumente, entretanto, “discurso” é usado na lingüística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Além de preservar a ênfase em aspectos organizacionais de nível superior, esse “discurso” enfatiza a interação entre falante e receptor ou entre escritor e leitor, portanto processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso lingüístico. “Texto” é considerado aqui como dimensão do discurso: “o produto” escrito ou falado, do processo de produção textual. Discurso também é usado em relação a diferentes tipos de linguagem usada em diferentes tipos de situação social (por exemplo, discurso de jornal, discurso publicitário etc.) (FAIRCLOUGH, 2001, p.22).

Por outro lado, discurso é amplamente usado na teoria e na análise social, como cita Michel Foucault, com referência aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social. Dessa forma, o discurso da “ciência médica” é atualmente o dominante, embora contraste com vários discursos holísticos “alternativos” (FOUCAULT, 1996, apud FAIRCLOUGH, 2001, p.89).

De acordo com Fairclough (2001, p. 90), o discurso considera o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais.

Destarte, o discurso é forma de ação e mantém relação dual com a estrutura social, pois, se por um lado, ele é moldado e restringido por ela, por outro, ele é socialmente constitutivo e restringido por ela, por outro lado, ele é socialmente constitutivo, como afirma Foucault (1996, apud FAIRCLOUGH, 2001, p.90).

## **1.2 Definindo Análise do Discurso**

Recentemente, os lingüistas críticos fizeram sua própria análise do trabalho anterior (KRESS, 1989; KRESS e THREADGOLD, 1988; FOWLER, 1988; HODGE e KRESS, 1988, apud FAIRCLOUGH, 2001), desenvolveram abordagem um pouco diferente, que denominam “semiótica social” em oposição à lingüística crítica. Há uma preocupação com a variedade de sistemas semióticos, como a linguagem, e com a inter-relação entre linguagem e semiose visual. Os processos discursivos de produção e interpretação textual tornaram-se preocupação central e há mais atenção explícita ao desenvolvimento de uma teoria social do discurso, com orientação para a luta e a mudança histórica no discurso, que se centra em uma tentativa de desenvolver uma teoria do gênero de discurso.

Michel Pêcheux e seus colaboradores (PÊCHEUX *et al.*, 1979; PÊCHEUX, 1982; apud FAIRCLOUGH, 2001), desenvolveram abordagem crítica à Análise de Discurso que, como a lingüística crítica, tenta combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual, trabalhando principalmente com o discurso político escrito. Sua pesquisa tem se ligado conscientemente aos

desenvolvimentos políticos na França, especialmente a relação entre os partidos comunista e socialista nos anos 70 e uma comparação de seu discurso político.

A fonte principal da abordagem de Pêcheux na teoria social foi a teoria marxista de ideologia de Althusser (1971, apud FAIRCLOUGH, 2001). Althusser enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Ele também argumentou que, longe de ser meramente 'idéias' descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto, ao mesmo tempo, lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, que, na concepção de Althusser, funcionam como dimensões ideológicas do Estado - que chamou de "aparelhos ideológicos de estado" (AIEs).

A contribuição de Pêcheux a essa teoria foi desenvolver a idéia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante. Ele usa o termo "discurso" para enfatizar a natureza ideológica do uso lingüístico. O discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade lingüística na ideologia (PÊCHEUX, apud FAIRCLOUGH, 2001). Um AIE pode ser concebido como um complexo de "formações ideológicas" inter-relacionadas, cada qual correspondendo aproximadamente a uma posição de classe no interior do AIE. Pêcheux sugere que cada posição incorpora uma "formação discursiva" (FD), termo que tomou emprestado de Foucault. Uma FD é "aquilo que em uma dada formação ideológica... determina o *que pode e deve ser dito*" (PÊCHEUX, 1982, apud FAIRCLOUGH,

2001). Isso é compreendido em termos especificamente semânticos: as palavras “mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as “usa” (PÊCHEUX *et al.*, 1979, apud FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, embora duas diferentes formações discursivas possam ter determinadas palavras ou expressões em comum, as relações entre essas e outras palavras e expressões diferirão nos dois casos; assim também diferirão os sentidos dessas palavras ou expressões partilhadas, porque é a sua relação com as outras que determina seu sentido. Por exemplo, “militante” significa coisas diferentes no discurso sindical (no qual poderia ser sinônimo de ativista e antônimo de apático) e, no discurso conservador da direita, poderia ser sinônimo de subversivo e antônimo de moderado. Ademais, os sujeitos sociais são constituídos em relação às FDs particulares e seus sentidos; essas FDs são, de acordo com Pêcheux, faces lingüísticas de domínios de pensamento sócio-historicamente constituídos na forma de pontos de estabilidade que produzem o sujeito e, junto com ele, o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar (PÊCHEUX *et al.*, 1979, apud FAIRCLOUGH, 2001).

### **1.3 Discurso e Argumentação**

De acordo com Koch (2004, p. 17), o relacionamento do homem, tanto com a natureza quanto com os seus semelhantes, é mediatizado por símbolos; em outras palavras, as relações do homem – natureza e homem – estruturam-se simbolicamente. Ora, ao passo que o relacionamento entre o homem e a linguagem como representação do mundo é tratado à luz da Semântica, a interação social do homem na e pela linguagem constitui objeto de estudo da Pragmática.

Koch (2004, p. 17) afirma que:



A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tente influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de dissertação e de argumentação, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de idéias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau Koch (2004, p. 18).

#### **1.4 Origem Filosófica da Ideologia**

Um aspecto fundamental da teoria aristotélica é que as quatro causas possuem um valor hierárquico: a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (o motivo ou finalidade da existência de alguma coisa) (CHAUÍ, 1994).

A teoria da causalidade no mundo moderno, com base na da física elaborada nos séculos XVII e XVIII, trouxe com os trabalhos de Galileu, Francis Bacon e Descartes (entre outros), o pensamento moderno, que reduziu as quatro causas apenas a duas: a eficiente e a final, passando a dar à palavra “causa” o sentido que hoje lhe damos, isto é, de operação ou ação.

O pensamento moderno representa grande progresso teórico, pois eliminando as causas finais do plano da Natureza, desconsiderou as explicações antropomórficas que impediam o desenvolvimento da ciência Física, cujo significado explica a separação entre a Natureza-reino da pura necessidade mecânica e o homem-reino da pura finalidade e liberdade? Mas, que progresso teórico foi esse?

O homem surge então como um ser muito peculiar: por seu corpo, é uma máquina natural e impessoal que obedece à causalidade eficiente, por sua vontade. É uma liberdade que age com fins livremente escolhidos. O homem livre é, portanto, um ser universal, que sempre existiu e existirá, que se caracteriza pela união de um corpo mecânico e de uma vontade finalista.

A indagação importante nesse momento é: como foi possível passar da desqualificação do trabalho (na teoria das quatro causas) à sua nova valorização?

Chauí (1994, p. 16) explica:

É simples, o homem transformou-se em “homem livre moderno”. Esse homem é classificado em dois tipos diferentes: o burguês, proprietário privado das condições do trabalho, e o trabalhador, despojado dessas condições, liberado da escravidão, mas também despojado dos meios de trabalhar. Como o capital não pode acumular-se nem se reproduzir sem a exploração do trabalho, que é sua fonte, é preciso distinguir duas faces do trabalho, embora tidas como igualmente dignas: de um lado, o trabalho como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios, e de outro lado, o trabalho como relação da máquina corporal com as máquinas sem vida, isto é, com as coisas naturais e fabricadas. Essas duas faces do trabalho também estarão divididos em duas figuras diferentes: o lado livre e espiritual do trabalho é o burguês, que determina os fins, enquanto o lado mecânico e corpóreo do trabalho é o trabalhador, simples meio para fins que lhes são estranhos. Portanto, tem-se de um lado a liberdade, e de outro a necessidade.

As relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que esses não tenham consciência de serem seus únicos autores.

É, portanto, das relações sociais que é necessário partir para compreender o quê, como e por que os homens agem e pensam de maneiras

determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las.

De acordo com Chauí (1994, p. 20), a história é práxis (no grego, *práxis* significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los).

Nessa perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante por meio do qual os homens em condições, que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além disso, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural.

Chauí (1994, p. 21) afirma:

Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia.

#### **1.4.1 Histórico do Termo Ideologia**

O termo ideologia aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as

nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória).

Os ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseados exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral. Contra a educação religiosa e metafísica, que permite assegurar o poder político de um monarca, De Tracy propõe o ensino das ciências físicas e químicas para “formar um bom espírito”, isto é, um espírito capaz de observar, decompor os fatos, sem se perder em vazias especulações. Cabanis pretende construir ciências morais dotadas de tanta certeza quanto as naturais, capazes de trazer a felicidade coletiva e de acabar com os dogmas, desde que a moralidade não seja separada de fisiologia do corpo humano.

O ideólogo francês partilha do otimismo naturalista e materialista do século XVIII, acreditando que a natureza tem, em si, as condições necessárias e suficientes para o progresso e que só graças a ela nossas inclinações e nossa inteligência adquirem uma condição e um sentido.

O termo ideologia voltou a ser empregado em um sentido próximo ao do original por Augusto Comte em seu *Cours de Philosophie Positive*. O termo, agora, possui dois significados: por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

O lema positivista por excelência é: “saber para prever, prever para prover”. Em outras palavras, o conhecimento teórico tem como finalidade a previsão científica dos acontecimentos para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social.

#### **1.4.2 A Concepção Marxista de Ideologia**

Marilena Chauí (1994) explica como Marx e Engels formularam o conceito de ideologia: os homens, escrevem Engels e Marx, distinguem-se dos animais não porque tenham consciência (como dizem os ideólogos burgueses), mas porque produzem as condições de sua própria existência material e espiritual. São o que produzem e são como produzem.

Na ideologia Alemã, Marx expõe de modo muito breve a passagem dessas formas de propriedade ou da divisão social do trabalho, cujas transformações constituem o solo real da história real.

Em suma, Engels e Marx consideram que os três aspectos que são condições para que haja história — força de produção, relações sociais e consciência — podem entrar e efetivamente em contradição como resultado da divisão social do trabalho material e intelectual porque, agora, o trabalho e a fruição, a produção e o consumo aparecem como realmente são, isto é, cabendo a indivíduos diferentes. Instalou-se para a própria consciência imediata dos homens a percepção da desigualdade social: uns pensam, outros trabalham; uns consomem, outros produzem e não podem consumir os produtos de seu trabalho (CHAUÍ, 1994).

A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, tornam-se idéias dominantes (CHAUÍ, 1994).

De acordo com os estudos sobre ideologia desenvolvidos na Alemanha, as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual (CHAUÍ, 1994).

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (CHAUÍ, 1994).

### **1.5 Conceituando Cultura**

O conceito de cultura tem uma história própria, longa e complicada, uma história que provavelmente tem produzido tantas variantes e tanta ambigüidade, como a história do conceito de ideologia. De acordo com uma visão antropológica, o termo cultura pode ser adequadamente usado para se referir, de uma maneira geral, ao caráter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social. Mas, essa ênfase no caráter simbólico da vida social, deve ser complementada por uma ênfase no fato, nem sempre evidente, de acordo com o antropólogo Geertz (1973, apud THOMPSON,

1985), de que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, formas de conflito, desigualdades em termos de distribuição de recursos e assim por diante. Assim, essa dupla ênfase define a concepção estrutural da cultura. Os fenômenos culturais dentro dessa visão podem ser vistos como formas simbólicas em contextos estruturados e a análise cultural pode ser visto como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

De acordo com Thompson (1985, p. 22-23):

Tornar as formas simbólicas como fenômenos contextualizados é vê-los como geralmente produzidas e recebidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos específicos e providas de recursos e capacidades de vários tipos. As formas simbólicas podem possuir traços de suas condições sociais de produção do mesmo modo como por exemplo, uma fala pode estar marcada pelo acento, pelo dialeto e pelo tom de uma determinada classe social ou de uma origem regional.

A contextualização social das formas simbólicas implica também uma valorização, avaliação e conflito. Há dois tipos de valor que são particularmente importantes: o valor simbólico e o econômico. O valor simbólico ocorre em virtude das maneiras como as formas simbólicas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e as recebem, se são queridas ou desprezadas por esses indivíduos. Quando as formas simbólicas estão sujeitas à valorização econômica, tornam-se mercadorias, ou bens simbólicos, que podem ser comprados, vendidos ou trocados de qualquer modo no mercado.

Conforme Thompson (1985), ao categorizar as formas simbólicas como fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos, também se pode supor que as formas simbólicas são geralmente transmitidas, de uma maneira ou outra de produtor para receptor.

Assim, enfatiza Thompson (1985, p. 23-24)

A transmissão cultural das formas simbólicas envolve o uso de um meio técnico, ou substrato material, pelo qual uma forma simbólica é produzida e transmitida. O meio técnico garante certo grau de fixação do conteúdo significativo, como também permite certo grau de reprodução das formas simbólicas. O grau de fixação e reprodução depende da natureza do meio, uma mensagem em pedra terá, em geral, um grau muito maior de fixação, mas um grau bem menor de reprodução do que uma mensagem escrita na imprensa em papel. Um segundo aspecto de transmissão cultural se refere

de transmissão cultural se refere ao aparato institucional em que o meio técnico é desenvolvido. O desenvolvimento dos meios técnicos é, muitas vezes, parte de um contexto institucional bem mais amplo, que inclui sistemas de produção de formas simbólicas e canais de difusão seletiva. O terceiro aspecto diz respeito à questão do distanciamento espaço-temporal implicado na transmissão cultural, ou seja, a transmissão de uma forma simbólica implica necessariamente a separação, até certo ponto, dessa forma de contexto original de sua produção; ela se distancia desse contexto, tanto espacialmente, como temporalmente, e é inserida em novos contextos que estão localizados em tempos e espaços diferentes. Dessa maneira, as formas simbólicas adquirem uma acessibilidade ampliada no tempo e no espaço. Tornando-se acessíveis a um número bem mais amplo de possíveis receptores que podem estar situados em contextos remotos, tanto espacial como temporalmente, dos contextos originais da produção.

Essa reflexão teórica sobre o conceito de cultura e de tópicos a ela relacionados compõem o marco referencial com o qual é possível analisar a comunicação de massa e a ideologia.

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão presentes na vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver em um mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios, por meio dos quais as formas simbólicas são rotineiramente apresentadas.

### **1.5.1 A Mediação da Cultura**

As indústrias da mídia nem sempre desempenharam papel fundamental. O surgimento e desenvolvimento dessas indústrias foi um processo histórico específico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutenberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos. Esse foi o início de uma série de



desenvolvimentos, que a partir do século XVI até hoje, conseguiu transformar radicalmente as maneiras como as formas simbólicas foram produzidas e recebidas por indivíduos no curso de suas vidas cotidianas. E essa série de desenvolvimento que subjazem da mediação da cultura moderna. Esse é um processo que caminha lado a lado com a expansão do capitalismo industrial e com a formação do sistema moderno de estados-nação. Em conjunto, esses processos são constitutivos das sociedades industriais do Ocidente. Sendo também processos que afetaram profundamente o desenvolvimento das sociedades que no passado estavam interligadas em vários graus umas às outras e que estão se tornando cada vez mais interligadas hoje. A crescente interconexão das sociedades no mundo moderno é um resultado dos mesmos processos, inclusive a mediação da cultura moderna, que configuram o desenvolvimento social a partir do início da era moderna.

As indústrias da mídia, incluindo a difusão televisiva, estão, presentemente, passando por grandes mudanças que estão tendo um impacto importante na natureza dos produtos da mídia e nos modos de sua produção e difusão. Essas mudanças são resultado dos desenvolvimentos que ocorreram em dois níveis: no nível da economia política e no nível da tecnologia. As indústrias da mídia nas sociedades ocidentais são, em muitos casos, organizações comerciais ou quase-comerciais, operando em um mercado competitivo e sujeito às pressões financeiras e aos incentivos de vários tipos; por isso, mudanças nas indústrias da mídia são, até certo ponto, respostas a imperativos econômicos e pressões políticas que afetam essas indústrias enquanto interesses comerciais. Mas as indústrias da mídia são, também, fortemente dependentes da tecnologia e da inovação tecnológica. Desenvolvimentos recentes nas telecomunicações e nos computadores criaram novas possibilidades para a transmissão armazenamento e acesso à

informação, desenvolvimentos que estão transformando as indústrias da mídia, e integrando-as sempre mais em um conjunto mais amplo de indústrias relacionadas à difusão e ao controle da informação e comunicação (THOMPSON, 1985).

A mudança tecnológica foi sempre crucial na história da transmissão cultural: ela altera a base material, bem como os meios de produção e recepção, dos quais depende o processo de transmissão cultural (THOMPSON, 1985).

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação é que elas aumentam significativamente o caráter transnacional da transmissão audiovisual. Ao comunicar sinais via satélite, elas ampliam a disponibilidade do material audiovisual no espaço e, ao mesmo tempo, conservam o caráter virtualmente instantâneo da telecomunicação. Uma vez mais, essa característica dos sinais de satélite e de cabo-satélite difere, significativamente, dos sistemas tradicionais de difusão televisiva que foram desenvolvidos principalmente dentro dos limites territoriais dos estados-nação. Para os atores institucionais, envolvidos na difusão europeia por satélite, as diferentes populações europeias são tratadas como parte de uma audiência potencialmente pan-europeia, e o espaço vendido à publicidade se fundamenta em argumentos de que seus produtos serão promovidos para um mercado pan-europeu. Esses desenvolvimentos possuem implicações de longo alcance para os processos de globalização aos quais Thompson (1985) se refere, implicações que estão começando a ser reconhecidas e avaliadas. Eles possuem também implicações fundamentais, como Thompson (1985) indica acima, para a capacidade de governos particulares de regulamentar e controlar a transmissão de material audiovisual que se origina de fontes externas, isto é, fontes externas às regiões circunscritas pelos limites tradicionais do estado-nação.

Finalmente, o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação apresenta também a possibilidade de uma forma de comunicação mais personalizada e interativa, no sentido de que elas dão aos receptores maior escolha na seleção dos canais e serviços e maior capacidade de transmitir mensagens próprias pelo sistema. O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação seguiu e facilitou essas tendências, enquanto, ao mesmo tempo, marcava o começo de um novo ponto de partida importante na história das modalidades de transmissão cultural.

### **1.5.2 Ideologia e Cultura**

Falando em ideologia e relacionando-a à questão da mediação da cultura, Thompson apresenta, em primeiro lugar, as colocações de Marx, e enfatiza que para Marx e Engels, o termo “ideologia” tem uma forma polêmica, cujo objetivo específico é transmitir as visões dos jovens hegelianos, sendo “ideologia” um termo que conota algo errôneo. As visões dos jovens hegelianos são “ideológicas” no sentido que elas valorizam demasiadamente o valor e o papel das idéias na história e na vida social:

Eles consideram as concepções, os pensamentos, as idéias, enfim, todos os produtos da consciência, aos quais eles atribuem uma existência independente, como as verdadeiras prisões dos seres humanos (da mesma maneira que os velhos hegelianos os declararam como os verdadeiros vínculos da sociedade humana).

Por isso os jovens hegelianos opõem idéias a idéias, lutam com sentenças contra sentenças e, como resultado, deixam o mundo real sem modificação. Eles não conseguem ver a conexão entre suas idéias e as condições sócio-históricas da Alemanha nem dar à sua crítica uma força prática e efetiva.

Assim, é possível caracterizar esse termo “ideologia”, feito por Marx e Engels, como a “concepção polêmica”: ideologia, nesse sentido, é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as idéias como autônomas e eficazes que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica (THOMPSON, 1985).

A originalidade da concepção polêmica de ideologia está não tanto na sua concepção mesma como no fato de que ela está ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico. Esses pressupostos formam algo que pode ser descrito como as condições de possibilidade da concepção polêmica de ideologia (THOMPSON, 1985).

A análise da ideologia, de acordo com a concepção de Thompson (1985, p.75), está primeiramente interessada nas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Para Thompson (1985), estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

### **1.5.3 Modos de Operação da Ideologia**

Ao formular essa concepção de ideologia, Thompson (1985) se apóia na concepção latente de Marx. Contudo, Thompson (1985) mantém, de uma forma

modificada, apenas um critério de negatividade como uma característica definidora de ideologia: isto é, o critério de sustentação das relações de dominação. A ideologia pode operar por meio do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes e não características necessárias da ideologia como tal. Pois, caracterizar os fenômenos simbólicos como ideológicos não coloca, necessariamente, sobre o analista o encargo de demonstrar que os fenômenos assim caracterizados são, em certo sentido, “falsos”.

Thompson apresenta cinco modos gerais, por meio dos quais a ideologia pode operar. Nesse estudo são destacados apenas dois, que hipoteticamente serão encontrados no discurso: “Mudar de enxada para continuar o plantio”, conforme descrito na metodologia deste estudo.

O primeiro deles é a Unificação. Para Thompson, (1985, p. 86), relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção, em nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Uma estratégia típica, através da qual este modo é expresso em formas simbólicas, é a estratégia da padronização. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, proposto como fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e linguisticamente diferenciados. Outra estratégia de construção simbólica através da qual a unificação pode ser conseguida, sendo definida como a simbolização da unidade. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de

unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas por meio de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.

A construção de símbolos de uma unidade nacional tais como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos evidentes de estandarização. Na prática, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, ou seja, com a estandarização, na medida em que símbolos de unidade podem ser parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. Isso é muito comum não apenas no caso de organizações sociais de grande porte, tais como os modernos estados-nação, mas também no caso de pequenas organizações e grupos sociais que são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima as diferenças e divisões, a simbolização da unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1985, p. 86).

O segundo modo pelo qual a ideologia pode operar é a Reificação. Thompson (1985, p. 87-88) afirma que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia como reificação envolve, pois, a eliminação ou a ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos ou, conforme afirma Claude Lefort (apud THOMPSON, 1985) ela envolve o restabelecimento da “dimensão da sociedade sem história”, no próprio coração da sociedade histórica”. Esse modo pode ser expresso em formas simbólicas por meio

da estratégia da naturalização. Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como acontecimento natural ou como resultado natural de características naturais, do mesmo modo, como por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferença entre sexos. Uma estratégia semelhante é a que pode ser descrita como eternalização: fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições, que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma, que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social.

A ideologia como reificação pode também se expressar através de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a nominalização e a passivização. A Nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nela envolvidos, são transformadas em nomes, por exemplo, quando se fala: “o banimento das importações”, ao invés de “O Primeiro-Ministro decidiu banir as importações”. A Passivização se dá quando os verbos são colocados na voz passiva: “O sujeito está sendo investigado”, ao invés de “os policiais estão investigando o sujeito”. A Nominalização e a Passivização concentram a atenção do ouvinte ou leitor, em certos temas com prejuízos de outros. Esses e outros recursos gramaticais ou sintáticos podem, em circunstâncias particulares, servir para estabelecer e sustentar relações de dominação através da reificação de fenômenos sócio-históricos.

## 1.6 Os Aparelhos Ideológicos de Estado

Os pressupostos teóricos fundamentais elencados por Althusser (1985, p. 8), que conferem especificidade à sua concepção das relações entre ideologia e instituições: são quatro organizadas em tópicos:

O primeiro pressuposto afirma que, não é no campo das idéias que as ideologias existem, e portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência material, e é nessa existência material que devem ser estudadas e não enquanto idéias. O interesse do estudo das ideologias é a reprodução das relações de produção. Trata-se de estudar as ideologias como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção.

O segundo pressuposto apresenta a idéia de que as relações de produção implicam divisão de trabalho, isto é, lugar que só pode ser aquele para cada ator e que, portanto, deve ser reconhecido como necessário pelos atores em atuação. A questão da ideologia é a mesma dos mecanismos ideológicos que têm por objetivo o reconhecimento da necessidade da divisão do trabalho e do caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção.

O terceiro pressuposto desenvolvido apresenta o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar, é o mecanismo da sujeição. Sujeição, tal como é entendida por Althusser nesse texto, é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral.

O quarto e último pressuposto enfatiza esse mecanismo ideológico básico: a sujeição, como algo que não está presente somente nas idéias, mas existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas. Embora distintas, essas instituições concretas possuem a unidade do efeito de sujeição sobre os agentes sociais ao seu alcance. Sua unidade, entretanto, não lhe é conferida por uma política ou por um comando unificado, mas pela ideologia dominante: são os aparelhos ideológicos de Estado.

Ao analisar a reprodução das condições de produção que implica a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes - força do trabalho (mercadoria) X capital (matéria-prima, tecnologia etc.), Althusser é levado a distinguir os Aparelhos Repressivos do Estado (Governo, Exército, polícia, Tribunais etc.) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (Althusser, 1985).

Como Marx, Althusser acreditava que a estrutura da sociedade tinha como base níveis de produção: Infra-estrutura ou base econômica (é o que define a



sociedade); e Super-Estrutura – ideologia dominante (jurídico-política, religiosa e moral, etc.) (Althusser, 1985).

Althusser enumera os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) provisoriamente da seguinte forma: O AIE religioso (sistema das diferentes igrejas); O AIE escolar (sistema de diferentes escolas públicas e particulares); O AIE familiar (privado); O AIE jurídico (privado/público); O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos – privado); O AIE sindical; O AIE da informação (imprensa, rádio, TV – privado); O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc. – público e privado); O AIE mais importante é o escolar (ALTHUSSER, 1985).

A diferença entre o Aparelho Repressivo de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado é que o primeiro funciona primeiramente pela violência e secundariamente pela ideologia, enquanto o AIE é o inverso (ALTHUSSER, 1985).

Em suma, a ideologia se materializa em aparelhos, os Aparelhos Ideológicos de Estado. Com esses instrumentos conceituais, Althusser avança sua tese. A escola faz parte do instrumento mais importante de reprodução das relações de reprodução capitalistas. Por isso ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e lhes “impõe” durante anos a fio de audiência obrigatória “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante. Uma grande parte (operários etc.) cumpre a escolaridade básica e é introduzido no processo produtivo. Outros começam a estudar, mas acabam por interrompê-lo. Uma pequena parte, enfim, atinge o topo da pirâmide escolar. Esses vão ocupar os postos próprios dos “agentes da exploração” (no sistema produtivo), dos “agentes de repressão” (nos ARE), dos “profissionais da ideologia” (nos AIE). Em todos os casos, trata-se de reproduzir as relações de exploração capitalista (ALTHUSSER, 1985).

No entanto, Althusser não nega a luta das classes, ao contrário, chega mesmo a afirmar que “Os AIE podem ser não só o alvo, mas também o local da luta de classes e por vezes de formar renhidas da luta de classes”. Entretanto, quando descreve o funcionamento do AIE escolar, a luta de classes fica praticamente diluída, tal o peso que adquire aí a dominação burguesa (ALTHUSSER, 1985).

Quando Althusser apresenta o conceito de AIE, demonstrando que eles funcionam por meio da ideologia, surge a necessidade de defini-la.

Assim, Althusser (1985, p.81) afirma:

A expressão ideologia foi forjada por Cabanis Destrutt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica das idéias). Quando cinquenta anos mais tarde, Marx retoma o termo, lhe conferindo um sentido totalmente distinto. A ideologia é aí, um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social.

Na ideologia alemã, num contexto positivista, a ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. A ideologia é pensada como uma construção imaginária, cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. Para tais autores, o sonho era o resultado puramente imaginário, quer dizer nulo, de “resíduos diurnos”, apresentados em ordem e composição arbitrárias, por vezes invertidas. Portanto, para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente *bricolê*, de olhos fechados, dos resíduos da única realidade plena e positiva, a do dia (ALTHUSSER, 1985).

Contudo, afirma Althusser (1985, p.87) que os indivíduos representam suas condições reais de existência, seu mundo real na ideologia, ou seja, o que é nela representado, é antes de mais nada a sua relação com suas condições reais de existência.

Ao mencionar os Aparelhos ideológicos do Estado e suas práticas, Althusser (1985, p. 91), afirma que:

Cada um deles é a realização de uma ideologia (religiosa, moral, política, moral, jurídica, etc.), sendo assegurada por sua subordinação ideologia dominante. Portanto, defende a seguinte tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.

Certamente a existência material da ideologia em um aparelho e suas práticas não é a mesma da de um paralelepípedo ou de um fuzil. Porém, a matéria se expressa de diversas maneiras, ou melhor, ela existe de diferentes formas. Portanto, a representação ideológica da ideologia é, ela mesma (ALTHUSSER, 1985).

Qualquer indivíduo se conduz de tal e qual maneira, adotando tal e qual comportamento prático, e ainda participa de certas práticas regularmente, que são as do Aparelho ideológico, do qual dependem as idéias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito.

Em todo esse esquema constata-se, portanto, que a representação ideológica da ideologia é, ela mesma, forçada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “idéias” que sua “consciência” lhe inspira, aceitando-as livremente, deve “agir segundo suas idéias”, imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias idéias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, “algo vai mal” (ALTHUSSER, 1985).

Na verdade se ele não faz o que, em função de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente, o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente idéias diferentes das que proclama, e que ele age segundo outras idéias, seja como um homem “inconseqüente” (“ninguém é voluntariamente mal”), ou cínico, ou perverso.

O sujeito, portanto, atua enquanto agente do seguinte esquema: (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um

aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas essas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença (ALTHUSSER, 1985).

Essa tese vem simplesmente explicitar a última formulação de Althusser (1985), só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento.

Já de acordo com Thompson (1985), depois de Marx, o conceito de ideologia assumiu um papel importante tanto dentro do marxismo, quanto dentro das disciplinas que emergiam das ciências sociais. Thompson (1985, p. 62-3) afirma que:

Nos escritos de Marx, o conceito de ideologia preservou o sentido negativo, contraditório, que tinha adquirido nas mãos de Napoleão. Esse sentido negativo foi redirecionado de diferentes maneiras pelas várias concepções de ideologia implícitas no trabalho de Marx. Mas, o sentido de negatividade era comum a todas elas. As doutrinas e idéias constitutivas da ideologia pertenciam ao reino da abstração, da má representação e da ilusão; elas expressavam os interesses das classes dominantes e tendiam a sustentar o *status quo*; eram fenômenos que poderiam ser explicados, desmascarados e, de acordo com ao menos uma concepção implícita no trabalho de Marx, substituídos, em última instância, pela análise científica das condições materiais de produção e da mudança social. Não há indicações no trabalho de Marx, de que a ideologia seja um elemento positivo, progressivo ou inevitável da vida social como tal.

Diferentemente das idéias de Althusser, Thompson defende as idéias de Marx, quando afirma que a ideologia é sintoma de uma doença, não a característica normal de uma sociedade sadia e muito menos uma medicina para a cura social. Na literatura subsequente, contudo, o conceito de ideologia tende a perder o seu sentido negativo. O conceito de ideologia é neutralizado de várias maneiras, mesmo que, na esfera do discurso social cotidiano, o termo ideologia continue a carregar um sentido negativo e até pejorativo.

Para Thompson, o aparelho ideológico mais eficiente na sociedade moderna é a mídia. Thompson (1985, p. 219), afirma que:

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineiras, e continuamente apresentadas ao público.

Dia a dia, jornais, estações de rádio e televisão apresentam fluxo de palavras e imagens, informação e idéias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além do ambiente social imediato do indivíduo. Os personagens dos filmes e programas de televisão se tornam pontos de referência comuns para milhões de pessoas que podem nunca interagir uma com a outra, mas que partilham, em virtude de sua participação numa cultura mediada, de uma experiência comum e de uma memória coletiva. Mesmo as formas de entretenimento que existiram por muitos séculos, tais como a música popular e a competição esportiva, estão hoje entrelaçadas com os meios de comunicação de massa. Música popular, esportes e outras atividades são, em grande parte, mantidas pelas indústrias da mídia, envolvidas não apenas na transmissão e apoio financeiro de formas culturais preexistentes, mas também na transformação ativa dessas formas. (THOMPSON, 1985, p. 219).

As indústrias da mídia nem sempre desempenharam um papel tão fundamental. O surgimento e desenvolvimento dessas indústrias foi um processo histórico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutemberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos. Esse foi o início de uma série de desenvolvimentos que, a partir do século XVI até hoje, conseguiu transformar

radicalmente as maneiras como as formas simbólicas foram produzidas, transmitidas e recebidas por indivíduos no curso de suas vidas cotidianas.

### **1.7 Ideologia no Discurso da mídia: O poder das palavras e a palavra do Poder**

A televisão brasileira nasceu há cinquenta anos, como parte de um projeto de poder. Três anos depois, com a inauguração da TV Tupi, Difusora de São Paulo, Assis Chateaubriand deflagrava um processo que só iria consolidar a televisão cada vez mais, até os dias de hoje, como aparelho do Estado, embora com as raízes firmemente fincadas na iniciativa privada (CUNHA, apud MOTTA, 2002, p. 217).

Assim, atualmente o que se verifica é que as grandes redes e os conglomerados de comunicação do País, sob o controle de famílias e elites políticas, com os ventos da abertura passaram a prescindir do apoio incondicional ao governo para garantir sua manutenção e expansão. As grandes redes, movidas pela busca da audiência, descobriram que a redemocratização redefiniu o perfil do telespectador-consumidor, para quem a liberdade de expressão passou a ter importância substancial. Em outras palavras, jornalismo isento, vende. E vende mais que alinhamento automático aos detentores do poder. Uma pena que essa constatação venha sendo interpretada tão-somente como permissão para a abordagem de conteúdos voltados ao comercialismo ou à exploração das mazelas sociais (CUNHA, apud MOTTA, 2002, p. 222).

Ao mesmo tempo, o fortalecimento das grandes redes inverteu de tal maneira os papéis que, hoje, o poder central é refém do poder do mandarinato exercido pelos dirigentes das grandes redes. Portanto, é importante não perder de

vista que o redirecionamento desses veículos para o exercício de seu papel tem a ver com o fato de que a mídia, especialmente a televisiva, assume responsabilidade cada vez maior na disseminação do conhecimento, e que a educação é cada vez mais uma atividade que se distancia da sala de aula e se aproxima da televisão e da Internet (CUNHA, apud MOTTA, 2002, p. 223).

É cada vez mais comum, encontrar, na prática discursiva da imprensa textos produzidos e veiculados pelos jornais e revistas e consumidos pelos leitores, mesmo não sendo possível apontar “intencionalidade” por parte dos produtores dos textos (repórteres e editores), vários fatores determinam o atrelamento dos interesses da indústria da mídia aos da política e da economia, e tal associação não deixa de se fazer presente nos textos da imprensa. Isso porque a natureza da produção, distribuição e consumo dos textos fazem que esses venham carregados dos valores associados a seus produtores, (BONFIM, apud MOTTA, 2002, p. 328).

Assim, esses textos podem ser considerados como veiculadores de ideologia, ou seja, como sustentadores da dominação. Por outro lado, em menor proporção, constata-se que tais textos (formas simbólicas) servem, também, como elementos de resistência de estruturas dominantes de poder (BONFIM, apud MOTTA, 2002, p. 329).

Os meios de comunicação de massa não procedem mais à intermediação entre a sociedade e o Estado. Entre a política e a cultura. Deixam de reportar para interferir no fato, e passam a ser o fato, não narram, invadem o andamento do fato em narração, não informam, formam opinião; não noticiam, opinam. São o novo espaço da polis, com pensamento próprio, com projeto próprio.

Em suma, a comunicação de massas, como a política, é um bem de consumo, matizado pelo neoliberalismo, isto é, pela apropriação desigual dos bens

de consumo, de bens materiais, de bens simbólicos e de cidadania. A ideologia do consumo, a prima-dona, rege a sociedade mediatizada, porque o consumismo depende da sociedade da comunicação. E desde que foi ensinado ao telespectador que o mundo é consumível e não transformável, as grandes representações que dele são oferecidas serão selecionadas, condicionadas e dimensionadas como produtos, porque “a felicidade é uma soma de felicidades, e essas pequenas felicidades são, precisamente, as pequenas compras” (AMARAL, apud MOTTA, 2002, p. 83).

Na era da comunicação, assinalada pela reunião contemporânea dos avanços tecnológicos da informática e da comunicação de massas com o desenvolvimento capitalista, além da concentração econômica internacional e da exclusão social nos países periféricos, a informação se reduz a simples mercadoria cujo valor varia de acordo com a relação do binômio oferta e procura. (AMARAL, apud MOTTA, 2002, p. 83).

Finalizando é possível afirmar que, no Brasil, os meios de comunicação de massas reproduzem a sociedade em que atuam. Antes eles ajudaram a moldar, e por isso, caracterizam-se pela concentração de veículos e pela exclusão das grandes massas. A consequência desse modelo é que tudo foi realizado para que não ocorressem mudanças políticas. Os meios de comunicação de massas são agentes políticos, que interferem na ordem política, têm voz ativa no processo eleitoral, tomam partido e são partido. Servem à manutenção do *status quo*, porque há coerência entre os interesses instalados no Estado e os interesses representados pelos meios. Nesse sentido, eles são meios reprodutores passivos da sociedade, mas, principalmente, defendem esse modelo de sociedade.



O processo de concentração/exclusão – que da economia transborda para a política, nela atingindo os meios de comunicação de massas – tem fundamentos ideológicos e está na lógica de um projeto de dominação centro – periferia. Mas não é tudo. A concentração é já um imperativo da essência do próprio desenvolvimento capitalista e do caráter da apropriação/acumulação condicionante/condicionada pela globalização/monopolização, que anula tanto a (“livre”) concorrência quanto o pluralismo ideológico, o que implica a falta de independência do cidadão quanto à formulação de idéia, constituição do pensamento e estabelecimento de ação, a fim de definir seu papel na sociedade, principalmente no mundo integralizado.

## **2 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

### **2.1 Tipo de Pesquisa**

De acordo com Habermas, (1996, apud FLICK, 2004, p. 17), a importância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões acadêmicas. Os defensores do pós-modernismo, era das grandes narrativas e teorias que chegou ao final, defendem que as narrativas agora devem ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais. (FLICK, 2004, p. 17).

A pesquisa qualitativa consiste na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção e de conhecimento e na variedade de abordagens e métodos. (FLICK, 2004, p. 20).

A pesquisa qualitativa trabalha, sobretudo, com textos, adotando métodos para a coleta de informações, que produzem dados. Esses textos são transformados por meio de gravação e transcrição. O processo da pesquisa qualitativa pode ser representado como trajetória que parte da teoria em direção ao texto ou do texto de volta para a teoria (FLICK, 2004, p. 21).

Na trajetória da teoria ao texto, além de empregar textos como material empírico, a pesquisa qualitativa trata das construções da realidade – suas próprias construções e, especialmente, das construções que encontra no campo ou nas pessoas que estuda. (FLICK, 2004, p. 22).

A pesquisa qualitativa é orientada para a análise dos dados concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais (FLICK, 2004, p. 28).

## **2.2 O delineamento da pesquisa: geração de dados, redação e análise**

Existem quatro dimensões na investigação social. Essas dimensões descrevem o processo de pesquisa em termos de combinações de elementos através das quatro dimensões. Primeiro, há o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos, tais como, o levantamento por amostragem; a observação participante; os estudos de caso; os experimentos e quase-experimentos. Segundo, há os métodos de coleta de dados, tais como, a entrevista; a observação e a busca de documentos. Terceiro, há o tratamento analítico dos dados, tais como: a análise de conteúdo, a análise retórica, a análise de discurso e estatística. Finalmente, os interesses de conhecimento referem-se à classificação de Habermas sobre o controle, a construção de consenso e a emancipação dos sujeitos do estudo. (BAUER & GASKELL, 2003, p. 18-19).

## **2.3 Modos e meios de representação: tipos de dados**

O mundo em si mesmo é constituído por intermédio de processos de comunicação (BERGER & LUCKMAN, 1979; LUCKMAN, 1995; apud BAUER & GASKELL, 2003). A pesquisa social, portanto, apóia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado e são construídos nos processos de comunicação.

Existem dois modos de dados sociais: comunicação informal e comunicação formal. Além disso, distingue-se três meios por meio dos quais os dados podem ser construídos: texto, imagem e materiais sonoros. A comunicação informal possui algumas poucas regras explícitas: as pessoas podem falar, desenhar ou cantar do modo que queiram. Dados informais são gerados menos conforme as regras de competência, tais como capacidade de escrever um texto, pintar ou compor uma música, e mais do impulso do momento, ou sob a influência do pesquisador.

Por outro lado, existem ações comunicativas que são altamente formais, no sentido de que a competência exige conhecimento especializado. Por exemplo, as pessoas necessitam de treino para escrever um artigo de jornal, para produzir desenhos destinado a um comercial ou para criação de um arranjo para uma banda popular ou orquestra sinfônica. A comunicação formal segue as regras do conhecimento formal. Os dados formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social (BAUER & GASKELL, 2003, p. 20).

## **2.4 Técnica de Pesquisa**

Para a realização da análise do pronunciamento político do Parlamentar Deputado Federal Chico Alencar, do PSOL/RJ, será utilizada a Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (1999) e a Análise Ideológica do Discurso.

Será analisada a conjuntura do discurso político. Essa análise tem por objetivo obter uma visão do quadro da prática social em que o discurso se localiza.

Serão vislumbrados o tempo, o espaço e os processos de produção e consumo (LEAL, 2005, p. 80).

Na análise ideológica do discurso, será investigada a maneira como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder. “Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (THOMPSON, 1995, p. 76).

Serão identificados, no discurso, os meios de desmascaramento dos modos de operação ideológicos em frases e parágrafos e a forma de operacionalização da ideologia. Nesse caso, hipoteticamente, serão analisadas a Unificação (Estandardização e Simbolização da unidade) e a Reificação (Naturalização, Eternalização, Nominalização/Passivização) (THOMPSON, 1995, p. 77-78).

### **3 ANÁLISE DO DISCURSO**

Neste capítulo, são destacados os pressupostos teóricos propostos por Fairclough e Thompson sobre a ideologia presentes no discurso. Por isso, a reflexão sobre a análise do discurso político é fundamental para a conclusão deste trabalho.

Esta pesquisa pretende investigar as modalidades de ideologia presentes no discurso político. O discurso político, objeto desta análise, foi proferido em 27 de setembro de 2005, pelo Deputado Federal Chico Alencar, sob o título: “Mudar de enxada para continuar o plantio”.

#### **3.1 Análise da Conjuntura**

O discurso “Mudar de enxada para continuar o plantio”, foi proferido no momento em que o deputado Chico Alencar deixava o PT.

No texto de apresentação do discurso “Mudar de enxada para continuar o plantio”, Chico Alencar explicou que a mudança foi a decisão mais difícil de sua vida, conforme constatamos em suas próprias palavras: “resultante de um longo e doloroso processo de maturação, forjado coletivamente, implicando em perdas”. (CHICO ALENCAR, 2005).

O deputado esclarece ainda que o mandato é do partido, até mesmo para aqueles parlamentares que tiveram votos suficientes para garantir uma legenda. Mas, ao reconhecer que mandato é do partido, cabe também afirmar que partido é programa, é respeito a princípios, é fidelidade à sua doutrina, tudo que, segundo o deputado, o PT não fez nos últimos tempos. O mandato é do partido, mas partido não representa a vontade dos chefes e sim dos seus eleitores e filiados. O partido é

um contrato público em torno de um programa. E o PT se esqueceu disso. O Deputado também indaga sobre quem está sendo infiel (CHICO ALENCAR, 2005).

Finalmente, esclarece que, por meio da publicação do discurso “Mudar de enxada para continuar o plantio”, o leitor poderá encontrar algumas respostas e propostas desafiadoras, como a de contribuir na construção do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL (CHICO ALENCAR, 2005).

### **3.2. Análise da ideologia no discurso**

O discurso político reflete a ideologia da camada da sociedade brasileira, da qual representa. Para a análise do discurso, objeto deste estudo, foram utilizadas as concepções de ideologia de Thompson e Fairclough.

Antes de iniciar a análise da ideologia presente no discurso de Chico Alencar, vale relembrar alguns fundamentos teóricos. De acordo com Thompson (1995), existem cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para a Análise de Discurso proposta neste estudo foram destacados dois modos: a unificação e a reificação.

Para uma melhor organização do trabalho, optou-se por classificar separadamente os dois modos de operação da ideologia destacados no discurso.

#### **a) Unificação**

Nota-se ao longo do discurso, conforme expõe Thompson (1985, p. 86), que a construção, em nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma identidade coletiva ocorre independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.

A unificação utiliza como estratégias a simbolização da unidade, a padronização ou estandarização.

O primeiro exemplo de unificação do discurso em estudo é o seu título:

“MUDAR DE ENXADA PARA CONTINUAR O PLANTIO”. A estratégia de construção simbólica utilizada foi a **simbolização da unidade**. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas por meio de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.

Outros exemplos de simbolização da unidade foram encontrados em:

“Hoje, porém, o PT reiteradamente nega as lições que nos legou, e, para nossa angústia, perde ossatura, alma, aura. Agigantado nas máquinas do poder, cada vez mais acomodado a elas, acriticamente, deixa de ser um partido da transformação social”.

“Respeitando muito aqueles que insistem em lá persistir e resistir, perseguindo sua refundação ou reestruturação, chegou, para nós, a hora da decisão. (...)”.

“Um partido cada vez mais semelhante aos partidos convencionais. Um marco histórico na esquerda brasileira que não soube, no governo central, democratizar radicalmente as relações de poder e manter seus princípios. Um partido que desconstitui, no imaginário popular, a política como protagonismo cidadão que melhora a vida das pessoas.”

“No plano parlamentar, ser deputado do PT transformou-se numa via crucis: ausência quase total de debate político, nenhum diálogo com o Executivo, que só quer subordinação e imposição vertical em todas as questões.”

“Em todas as votações e decisões importantes foi exigida da Bancada uma postura contrária ao que histórica e programaticamente sempre afirmamos:



reforma da Previdência, lei dos transgênicos, lei de falências, parceria público-privada, status de ministro ao presidente do Banco Central, recomposição do salário mínimo, apoio a CPIs, livre escolha de candidato à presidência da Casa. Bancada acocorada, desrespeitada!”

“Nesta conjuntura, a direita se reaglutina, empolgada para voltar ao governo nacional, ciente do poder econômico e midiático que nunca deixou de ter”.

A ideologia opera por meio da unificação nesses fragmentos para sustentar a idéia de que a melhor forma de manter as propostas do PT vivas, ativas seria restabelecendo-o ou saindo dele. Já que, conforme as palavras do parlamentar, o partido se tornou como outro qualquer, deixando de ser aquele partido, ético, da transformação social, de combate às posturas de subordinação e imposições do poder Executivo.

A estratégia da unificação foi utilizada porque, como já foi dito, envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas por meio de um grupo ou de uma pluralidade de grupos. Assim, nos fragmentos destacados, a simbolização foi utilizada para convencer os colegas de partido, os militantes, os outros eleitores e a sociedade de maneira geral, de que o PT abandonou os seus ideais.

Outra estratégia típica, por meio da qual o autor do discurso se expressa, é a **padronização**. Isto significa que as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, proposto como fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Essa estratégia se coaduna com a estandarização. Na prática, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, ou seja, de estandarização, na medida em que símbolos de unidade tornam-se parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e

projeta um destino coletivo. Os grupos sociais são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, em que a identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada.

“O PT construiu uma bela pedagogia da aproximação dos movimentos sociais com a inserção nos espaços institucionais. Ele foi a síntese de um alentado movimento de massas nos anos 70 e 80, que capilarizou-se nos sindicatos combativos, nas associações de vizinhos, nas comunidades eclesiais de base e entidades nacionais como a CUT, o MST e a então renascida UNE.”

“Seu navio carregado de ideais, que foram escorrendo feito grãos”. É esta a sensação, cantada por Edu Lobo e Chico Buarque há duas décadas, que o governo Lula nos provoca.

“Ah, recomeçar, recomeçar, como canções e epidemias, ah, recomeçar como a lua, como as colheitas e a covardia, ah, recomeçar como a paixão e o fogo, o fogo...”

“Sem a pretensão de entender este caminho como único correto, ousamos apostar no recém-criado – com o aval de 430 mil eleitores de todo o Brasil – Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL.”

A ideologia opera por meio da unificação nesses fragmentos para sustentar a idéia de que é preciso recomeçar politicamente, já que o PT perdeu seus ideais mais nobres, surgindo assim, a necessidade de se criar um novo partido, o PSOL.

A estratégia da padronização foi utilizada nesses fragmentos porque representa as formas simbólicas adaptadas a um referencial padrão, proposto como fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica, onde o grupo social representado, “os dissidentes do PT”, são mantidos agrupados, em parte, por um

processo contínuo de unificação simbólica, em que a identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada, ou seja, o grupo dissidente do PT permanece unido pelo mesmo ideal, mudando para um partido que represente as boas práticas na política: a ética e o compromisso com a transformação social, de que tanto a sociedade brasileira necessita.

### **b) Reificação**

O segundo modo pelo qual a ideologia opera no discurso em estudo é a reificação. Thompson (1985, p. 87-88) afirma que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado.

A ideologia como reificação se apresenta no discurso pelos vários recursos gramaticais e sintáticos, como a **nominalização**. A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nela envolvidos, são transformadas em nomes, por exemplo:

“O PT vai reproduzindo, organicamente, um grupo dirigente que Chico de Oliveira define como uma “nova classe”.

“A tendência é que o PT se torne uma sigla razoável de voto, bom emblema eleitoral, mas “peemedebizado”: sem rigor ético, compromisso com o trabalho de base e mística socialista. Um partido cada vez mais semelhante aos partidos convencionais”.

“O falacioso “caminho único” do neoliberalismo prosseguiu. O governo não mudou a política econômica, ao contrário: reforçou sua ortodoxia e estabeleceu o superávit primário, que hoje esteriliza R\$ 80 bilhões/ano”.

“A chamada “base aliada” cristalizou-se com partidos e lideranças de tradição fisiológica” (...)

Nos fragmentos descritos anteriormente, a ideologia opera por meio da reificação, isso ocorre porque as relações de dominação são estabelecidas e são sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, a crise do PT, como se essa situação fosse permanente, natural e atemporal. Ou seja, no discurso, o parlamentar quer passar a imagem de um partido que perdeu sua antiga identidade, ficou sem a sua marca. Agora o PT está igual aos outros. E isso passa de uma situação transitória de crise para uma situação permanente de acomodação aos padrões convencionais dos outros partidos.

A estratégia da nominalização foi utilizada para demonstrar que o partido PT perdeu a sua identidade original, juntamente com seus participantes. O nome, a sigla PT ficaram maculados. O partido absorveu todo julgamento do parlamentar, já que sua idéia era mostrar que o PT mudara, inclusive na aceitação de novos afiliados.

A reificação presente no discurso foi também expressa por meio de formas simbólicas utilizando a estratégia da **naturalização**, um estado de coisas que permite a criação social e histórica tratada como acontecimento natural ou como resultado natural de características naturais. Exemplos:

“O PT vai reproduzindo, organicamente, um grupo dirigente que Chico de Oliveira define como uma “nova classe”: capitalista moderada, formada por ex-dirigentes sindicais e profissionais da política que, a partir dos fundos de pensão, das instituições financeiras e dos aparelhos do Estado, transformam-se em gestores do mercado e mediadores das tensões políticas em favor da institucionalidade conservadora.”

“ (...) o chamado Campo Majoritário continuará, com seus aliados, tendo maioria no Diretório Nacional (51%, sem contar o Movimento PT!), e isto significará a manutenção dos atuais procedimentos, no essencial. Não se faz sequer auto-crítica, não haverá investigação séria e punição dura para quem implementou as práticas escusas que hoje vêm à tona.”

Nos fragmentos descritos anteriormente, a ideologia opera também por meio da reificação, onde as ações de dominação são estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória como se essa situação fosse permanente, natural. Ou seja, a situação de crise do PT é retratada como uma coisa ou como um acontecimento quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. Assim, o fato de o PT absorver vários participantes, representantes das mais diversas classes da sociedade parece natural por ser uma atitude bem democrática, mas, no fundo, está contrariando os ideais de ética e luta por transformações sociais por que tanto o povo brasileiro anseia e que esses novos afiliados não defendem.

A estratégia da naturalização foi utilizada para apresentar a crise do PT tal qual uma situação social e histórica, acontecimento natural ou resultado natural de características naturais. Mostrando que a mudança de postura do partido, ao receber representantes das mais diversas classes da sociedade, cuja visão é conservadora, é um resultado natural e esperado.

Uma outra estratégia semelhante é a que pode ser descrita como **eternalização**: fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo

questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social. E, no discurso, pode-se perceber nos seguintes trechos:

“Como diz Emir Sader, que é do aguerrido time que ainda batalhará no PT, “o governo fracassa não porque tenha colocado em prática o programa da esquerda, mas porque seguiu o caminho de menor resistência, de ceder à política econômica herdada, acreditando que com ela ganharia o apoio do empresariado, colocando em prática o programa econômico da direita. Ganhou, mas perdeu seu diferencial – o apoio popular. Se vê hoje cercado pelos seus inimigos de sempre, sem poder contar com seus aliados de sempre – os movimentos sociais, a militância do PT, a esquerda” (JB, 28/8/05).

“Os dirigentes desta política anti-PT e nada progressista, ao proclamar sua votação “fantástica, surpreendente, muito boa mesmo” nas eleições internas recém-realizadas, ainda dizem que “o militante entendeu que a crise não é do PT mas de todo o sistema político” (O Globo, 25/9/05).

A ideologia presente nesses trechos opera por meio da reificação, utilizando a eternalização, estratégia onde os fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Ou seja, o parlamentar quer demonstrar que ainda existem pessoas interessadas e que acreditam que o PT possa voltar as suas origens e por isso, essas pessoas continuarão lutando em busca dos antigos valores do partido.

Os trechos escritos acima querem demonstrar que a estratégia da eternalização reforça o desejo de voltar ao passado, uma necessidade da rigidez que não se romperá com facilidade, é o desejo de ver cristalizados os ideais mais nobres do partido: ética e compromisso social.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se analisar o discurso político “Mudar de enxada para continuar o plantio”, de autoria do Deputado Federal Chico Alencar. Essa análise foi baseada nos aspectos ideológico, persuasivo e argumentativo encontrados no discurso.

O objetivo maior deste trabalho foi apontar no discurso político os dois modos de operação da ideologia: a unificação e a reificação. Alguns fragmentos do discurso foram analisados com o intuito de ilustrar como esses modos de operação da ideologia estão presentes em um pronunciamento político.

Para recapitular o ordenamento da análise do discurso, reportamo-nos, nesta conclusão, às formas simbólicas da ideologia estudadas no pronunciamento do Deputado Chico Alencar.

A unificação, um dos modos de operação da ideologia, se faz presente em alguns fragmentos com objetivo de sustentar a idéia de que a melhor forma de manter as propostas do PT vivas, ativas, seria refundando-o ou saindo dele.

Em outros fragmentos, a unificação foi utilizada para sustentar a idéia de que é preciso recomeçar politicamente, já que o PT perdeu seus ideais mais nobres, surgindo, assim, a necessidade de se criar um novo partido, o PSOL.

A unificação utilizou como estratégias a simbolização e a padronização ou estandarização.

A simbolização foi utilizada para convencer os colegas de partido, os militantes, os outros eleitores e a sociedade de maneira geral de que o PT abandonou os seus ideais.

A estratégia da padronização foi utilizada em alguns fragmentos para mostrar que o grupo social, “os dissidentes do PT” são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, em que a identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada, ou seja, o grupo dissidente do PT permanece unido pelo mesmo ideal, mudando para um partido que represente as boas práticas na política: a ética e o compromisso com a transformação social, de que tanto a sociedade brasileira necessita.

A ideologia se fez presente também por meio da reificação com o objetivo de demonstrar que ainda existem pessoas interessadas e que acreditam que o PT possa voltar às suas origens e, por isso, essas pessoas continuarão lutando em busca dos antigos valores do partido.

A ideologia pôde ser percebida também na tentativa de colocar a situação de crise do PT como uma coisa ou como um acontecimento quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. Ou seja, a democratização do partido parece uma atitude natural, mas no fundo está contrariando os ideais de ética e luta por transformações sociais por que tanto o povo brasileiro anseia e que esses novos afiliados não defendem.

A reificação utilizou como estratégia a nominalização, a naturalização e a eternalização.

A estratégia da nominalização foi utilizada para demonstrar que o partido PT perdeu a sua identidade original, juntamente com seus participantes. O nome, a sigla PT ficaram maculadas.

A estratégia da naturalização foi utilizada para apresentar a crise do PT tal qual uma situação social e histórica, acontecimento natural ou resultado natural de características naturais. Mostrando que a mudança de postura do partido, ao receber



representantes das mais diversas classes da sociedade, cuja visão é conservadora, é um resultado natural e esperado.

A estratégia da eternalização, reforça o desejo de voltar ao passado, uma necessidade da rigidez que não se romperá com facilidade, é o desejo de ver cristalizados os ideais mais nobres do partido: ética e compromisso social.

A consciência crítica para identificação da ideologia nos discursos políticos é fundamental para determinar critérios de escolha, fazer julgamento da “realidade” que está sendo ilustrada. Quando debatemos ideologia, surgem controvérsias em relação a cada um dos elementos que a constituem um texto, como o tipo de julgamento proposto, os aspectos da realidade que são ou podem ser submetidos à reflexão e, conforme já foi mencionado, os critérios para se chegar a determinada conclusão.

Nenhum desses pontos admite análise unicamente político-ideológica, mas também a reflexão do âmbito social. Esse rumo leva à globalidade necessária para atingir uma ação eficaz da realidade.

Por isso, a importância deste estudo é a de mostrar o esforço despendido pelo pesquisador, no campo político-social-ideológico, para alcançar a explosão qualitativa da análise situacional, para firmar conceitos e rever a realidade, sempre que um texto e um contexto apresentarem as vertentes desafiadoras do pensar e agir humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Chico ; GENTILLI, Pablo. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALENCAR, Chico. **Mudar de enxada para continuar o plantio**. Câmara dos Deputados. Departamento de Apoio Parlamentar. Coordenação de Serviços Gráficos. Brasília, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEAL, M. C. D. O Discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. **DELTA**, n. 21 Especial, p. 73-82, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002

NERUDA, Pablo. **Para nascer, nasci**. São Paulo: Difel, 1983.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1985.

## ANEXO

Aos meus eleitores, aos filiados do PT e à cidadania em geral  
Ao presidente interino, Tarso Genro, ao líder da Bancada, Henrique Fontana  
A todas e todos o(a)s companheiro(a)s de caminhada

### MUDAR DE ENXADA PARA CONTINUAR O PLANTIO

Chico Alencar

**“Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói!”** A lembrança sofrida do poeta Drummond não vem por acaso: o Partido dos Trabalhadores é nossa “cidade natal”. Quando dela se parte o coração fica partido. A alma nublada. É com este sentimento de profunda tristeza que decido, após muita consulta e reflexão - que envolveram diretamente cerca de mil pessoas (vide relatórios anexos) -, deixar o PT. Nele aprendi, desde 1987, lições de boa prática política, de coletivismo, de ousadia, de jamais perder o horizonte utópico e o objetivo estratégico 8-do socialismo com democracia. Sob sua legenda, com orgulho de “eterno aprendiz”, exerci dois mandatos de vereador do Rio e um de deputado estadual, além de disputar, em memorável esforço da militância, já sem apoio da maioria da direção nacional, a Prefeitura da nossa cidade. O PT construiu uma bela pedagogia da aproximação dos movimentos sociais com a inserção nos espaços institucionais. Ele foi a síntese de um alentado movimento de massas nos anos 70 e 80, que capilarizou-se nos sindicatos combativos, nas associações de vizinhos, nas comunidades eclesiais de base e entidades nacionais como a CUT, o MST e a então renascida UNE.

Hoje, porém, o PT reiteradamente nega as lições que nos legou, e, para nossa angústia, perde ossatura, alma, aura. Agigantado nas máquinas do poder, cada vez mais acomodado a elas, acriticamente, deixa de ser um partido da transformação social. Justamente quando enfrenta o maior desafio de sua história, o de ser governo da República, o PT se enreda num vendaval de contradições, ambigüidades, perda de referências e esquecimento de princípios: pratica políticas que se chocam com seu programa, implementa medidas que nunca proclamou em campanha, faz alianças – como é imperativo na política – sem estabelecer fronteiras éticas, por mero pragmatismo. Deixa-nos sem discurso e sem ânimo.

O PT vai reproduzindo, organicamente, um grupo dirigente que Chico de Oliveira define como uma “nova classe”: capitalista moderada, formada por ex-dirigentes sindicais e profissionais da política que, a partir dos fundos de pensão, das instituições financeiras e dos aparelhos do Estado, transformam-se em gestores do mercado e mediadores das tensões políticas em favor da institucionalidade conservadora.

Respeitando muito aqueles que insistem em lá persistir e resistir, perseguindo sua refundação ou reestruturação, chegou, para nós, a hora da decisão: o chamado Campo Majoritário continuará, com seus aliados, tendo maioria no Diretório Nacional (51%, sem contar o Movimento PT!), e isto significará a manutenção dos atuais procedimentos, no essencial. Não se faz sequer auto-crítica, não haverá

investigação séria e punição dura para quem implementou as práticas 38escusas que hoje vêm à tona.

A estrela cadente do PT continua emitindo alguma luz, cada vez mais tênue, mas tudo indica que esta energia, na sua fonte, já se extinguiu. A tendência é que o PT se torne uma sigla razoável de voto, bom emblema eleitoral, mas “peemedebizado”: sem rigor ético, compromisso com o trabalho de base e mística socialista. Um partido cada vez mais semelhante aos partidos convencionais. Um marco histórico na esquerda brasileira que não soube, no governo central, democratizar radicalmente as relações de poder e manter seus princípios. Um partido que desconstitui, no imaginário popular, a política como protagonismo cidadão que melhora a vida das pessoas.

**48“Seu navio carregado de ideais, que foram escorrendo feito grãos”.** É esta a sensação, cantada por Edu Lobo e Chico Buarque há duas décadas, que o governo Lula nos provoca. Sua análise comparativa não deve ser feita com a mediocridade privatista da década Collor/FHC mas com o programa mudancista apresentado em 2002, que conquistou a adesão de mais de 52 milhões de brasileiros. O falacioso “caminho único” do neoliberalismo prosseguiu. O governo não mudou a política econômica, ao contrário: reforçou sua ortodoxia e estabeleceu o superávit primário, que hoje esteriliza R\$ 80 bilhões/ano. O pagamento (jamais renegociado) de juros das dívidas financeiras corresponde, no Orçamento da União, em um mês, ao gasto anual com o SUS, e, em quinze dias, ao dispêndio anual com Educação! O Brasil, com a maior taxa de juros do planeta, continua sendo o paraíso dos banqueiros, dos especuladores, das 15 mil famílias rentistas. Para cada real destinado ao Bolsa-Família, R\$ 15 vão para o pagamento de serviços da dívida.

O governo Lula não logrou, por isso, firmar políticas estruturantes e reformistas na educação, no meio ambiente, na saúde, na habitação, na cultura, no desenvolvimento agrário e mesmo na assistência social, a despeito das valorosas equipes ministeriais que lá estiveram ou estão. Há um dique de contenção instalado na Fazenda, no Planejamento e no Banco Central que impõe um viés conservador e continuísta ao governo, jogando fora, para nosso desespero, uma oportunidade histórica.

Como diz Emir Sader, que é do aguerrido time que ainda batalhará no PT, “o governo fracassa não porque tenha colocado em prática o programa da esquerda, mas porque seguiu o caminho de menor resistência, de ceder à política econômica herdada, acreditando que com ela ganharia o apoio do empresariado, colocando em prática o programa econômico da direita. Ganhou, mas perdeu seu diferencial – o apoio popular. Se vê hoje cercado pelos seus inimigos de sempre, sem poder contar com seus aliados de sempre – os movimentos sociais, a militância do PT, a esquerda” (JB, 28/8/05).

No plano parlamentar, ser deputado do PT transformou-se numa via crucis: ausência quase total de debate político, nenhum diálogo com o Executivo, que só quer subordinação e imposição vertical em todas as questões. Por fim, no caso Valério/Delúbio e seus superiores, veio a quebra de confiança, pois operou-se um poderoso esquema financeiro paralelo, e com paraíso fiscal (nosso inferno !). Isto foi negado por executores e beneficiários até o último momento.

Em todas as votações e decisões importantes foi exigida da Bancada uma postura contrária ao que histórica e programaticamente sempre afirmamos: reforma da Previdência, lei dos transgênicos, lei de falências, parceria público-privada, status de ministro ao presidente do Banco Central, recomposição do salário mínimo, apoio

a CPIs, livre escolha de candidato à presidência da Casa. Bancada acorada, desrespeitada!

A chamada “base aliada” cristalizou-se com partidos e lideranças de tradição fisiológica, que operam na pequena política, e cobram cada vez mais por um apoio sempre frágil, vez que nunca cimentado no interesse público ou com amálgama ideológico. Contrariados, estes “parceiros” são os primeiros a denunciar esquemas que, para o velho e bom PT, sempre foram condenáveis. Mas quem reage a isso e cobra coerência é marginalizado, punido, acusado de “aliar-se à direita”, como se direitistas e espúrias não fossem essas práticas chocantes.

Os dirigentes desta política anti-PT e nada progressista, ao proclamar sua votação “fantástica, surpreendente, muito boa mesmo” nas eleições internas recém-realizadas, ainda dizem que “o militante entendeu que a crise não é do PT mas de todo o sistema político” (O Globo, 25/9/05). Sistema político que o governo não quis modificar, engavetando a reforma por exigência de seus parceiros reacionários - com quem muitos petistas sob investigação, e sequer submetidos a comissão de ética interna, mantém estreitas relações. Para quem sempre ostentou com orgulho a estrela no peito, quanta frustração!

**“Ah, recomeçar, recomeçar, como canções e epidemias, ah, recomeçar como a lua, como as colheitas e a covardia, ah, recomeçar como a paixão e o fogo, o fogo...”** O toque de partida de Aldir Blanc e João Bosco ecoa em nós como aviso de que nem tudo está perdido. Perene reinício. Nesta conjuntura, a direita se reaglutina, empolgada para voltar ao governo nacional, ciente do poder econômico e midiático que nunca deixou de ter. A direita se constitui inclusive como padrão de moral pública: hipocrisia consentida, onda reacionária, que temos a obrigação de barrar! A esquerda, desmoralizada, com as cartas embaralhadas pelo governo Lula, sobrevive como aposta perdida, entrando em nova diáspora. Os movimentos sociais, combalidos, seguem na luta... e na perplexidade. Estamos amargando uma perda histórica, mas a mesma história, com sua dialética, ensina que não há derrotas definitivas.

É hora de aprender com o grande Apolônio de Carvalho: nunca perder a visão estratégica e manter, mesmo em tempos de desencanto, um otimismo visceral. O desafio é reconstruir uma unidade mínima para a esquerda, resignificar o ideário da igualdade social com um movimento pelo socialismo, forjar uma ampla frente antineoliberal. Este esforço de recomposição só prosperará se baseado num projeto para o Brasil, largamente debatido pelas forças da esquerda democrática. Ele deve incorporar propostas de reestruturação radical do Estado brasileiro, soberania nacional e novo padrão de desenvolvimento econômico e social, auto-sustentável e distribuidor de riqueza e renda. Ele pode aproveitar, sem dúvida, entre outras contribuições, muito do que foi produzido no Encontro do PT de dezembro de 2001, no qual foram forjadas as diretrizes para um programa democrático e popular de governo, hoje abandonadas. Ele partirá do entendimento de que a força social de mudança está na luta popular organizada, na reafirmação de que os meios são os fins, em processo de realização. Tudo isto lastreado na humildade de quem se sabe enfraquecido: sem arrogância, hegemonismos, sectarismos.

Para quem está inserido nos espaços institucionais, importantes instrumentos na democracia formal brasileira, a vinculação a partido político é uma necessidade. É, como disse um lavrador de assentamento, “a enxada para a lavoura, que só serve com lâmina afiada”. Mas, além de cumprir prazos e normas cartoriais da lei eleitoral, a opção a ser feita deve tentar responder à questão sobre qual a melhor ferramenta

para ajudar no esforço coletivo e plural para se reconstruir as referências estratégicas para a esquerda, para uma outra sociedade, fraterna, possível.

Sem a pretensão de entender este caminho como único correto, ousamos apostar no recém-criado – com o aval de 430 mil eleitores de todo o Brasil – Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Ainda pouco conhecido, o PSOL é projeto em construção, propositivo, ideológico, e (talvez por isso) sem grande visibilidade midiática na sociedade de massas e na teledemocracia em que vivemos. Trata-se, portanto, de disposição para moer no áspero e praticamente começar tudo de novo, sem ilusões de que a história se repita. Cientes das imensas dificuldades eleitorais, inclusive – o que tira a razão de quem, equivocadamente, possa ver algum “oportunismo” nessa escolha.

Entendemos que o PSOL não deve ceder à tentação fácil do “contrismo”, de crescer por oposição e contraponto ao PT, de onde vieram seus principais quadros e sua entusiasmada militância. O partido, em fase de constituição, deve buscar filiações de quem, com generosidade, acredite sobretudo na organização popular e na elevação do nível de consciência política de nossa gente, hoje tão desiludida. Não pode se contentar com a presença em atos de rua, com justas reivindicações e muitas bandeiras (aquelas que o PT deixou de levar, há anos...): o trabalho político de tecer a rede dos lutadores do povo é o mais importante.

O PSOL, aprendendo com os erros do PT, livre de toda soberba, não deve pretender, nesta hora crítica, ser referência única, centro e pólo, mas tijolo na construção comum, que, depois do terremoto, se inicia. Saber aliar-se, sem sacrificar princípios. Saber ter flexibilidade tática e firmeza estratégica.

**“Fazer da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”.** Temos, como queria Fernando Sabino, um encontro marcado com a troca de idéias sobre a crise, com o resgate da política do bem comum, com a capacidade de compor, discernindo aliados de inimigos políticos, e estes de adversários, e também inimigos principais de inimigos secundários.

São penosas estas encruzilhadas da história, mas elas não começaram agora. O “breve século XX” pontua a trajetória da esquerda mundial com estes ensaios e erros, poucas conquistas e muitas derrotas, que merecem reflexão atenta. E impuseram escolhas, sempre dramáticas, sempre geradoras de perdas, sempre demandando despojamento e renúncias. Não partimos do zero, como um Sísifo que viu a pedra rolar morro abaixo e necessita começar tudo de novo. Não! É também nossa a herança da democracia direta, do orçamento participativo, do “modo petista” de legislar e governar, com transparência e controle social. Não deixaremos num imaginário museu das lutas populares as experiências de partido-pedagógico e partido-movimento. É da esquerda brasileira a rica experiência do partido de Paulo Freire e Florestan Fernandes, que se reinventava na pluralidade das expressões constitutivas da identidade de um povo que não aceita a “ninguendade” e a pré-cidadania a que as elites aristocráticas e racistas tentam lhe condenar.

Aos que não seguirão conosco, nosso respeito e compreensão, torcendo sinceramente para que consigam realizar o que, após tantas tentativas, já não acreditamos mais ser possível: fazer o PT voltar a ser PT. Esperamos deles também a grandeza do entendimento do nosso gesto, definido não sem profunda inquietação e superação de dilacerantes dúvidas.

Só a história dirá, mais à frente, quem tem razão. Por isso, ninguém deve ter a pretensão de qualquer orgulhoso “eu não disse?”. Entendemos, inclusive, que os

que estão livres da camisa de força do prazo eleitoral, sem perspectivas de candidatura em 2006, devem concluir o ciclo do PED, votando para a esquerda, minoritária, ter mais um voto e uma potente voz no Diretório Nacional, ponte para a reinserção do partido no campo da democracia socialista.

Estes tempos paradoxais da gestão Lula nos levam ao avesso do avesso na cultura partidária que engendramos: para ser petista de verdade, é preciso sair do PT...

Carlos Drummond, que versejou nossa profunda dor, também alimenta nossa teimosa esperança:

**“Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”**

Chico Alencar,  
Brasília, 27 setembro de 2005, dia de São Cosme e São Damião.